

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.560.762 - SP (2019/0234136-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : CLINICA SAO JOSE SAUDE LTDA  
**ADVOGADO** : JULIANA ALVAREZ COLPAERT LUCA - SP184121  
**AGRAVADO** : REGINA HELENA BARBOSA PEREIRA  
**ADVOGADOS** : ZAIRA MESQUITA PEDROSA PADILHA - SP115710  
NATALIA ALVES DE ALMEIDA - SP284263  
**INTERES.** : NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO

## DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por CLÍNICA SÃO JOSÉ SAÚDE LTDA. contra a decisão que inadmitiu o recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

*"Indenização. Dano moral e estético. Nexo causal configurado. Perito afirmou que as lesões examinadas estão relacionadas com a cirurgia de retirada do apêndice a que a autora foi submetida. Responsabilidade caracterizada. Art.12 do CDC. Dano moral e estético acolhido. Queimaduras de terceiro grau. As marcas permanecem. O quantum reparatório configurou-se muito elevado em primeira instância. Valor reduzido. Recurso parcialmente provido"(fl. 511 e-STJ).*

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos sem efeitos modificativos, para aclarar a questão alusiva ao grau de sucumbência das partes e a incidência dos honorários advocatícios (fls. 723/730 e-STJ).

Os segundos embargos (fls. 733/741 e-STJ) foram rejeitados (fls. 742/747 e-STJ).

No recurso especial (fls. 750/783 e-STJ), a parte recorrente alega violação dos seguintes dispositivos e suas respectivas teses:

(i) arts. 489 § 1º, IV, e 1022, II, do Código de Processo Civil de 2015 - porque o acórdão é nulo por não haver suprido as omissões e contradições apontadas nos embargos declaratórios, e

(ii) art. 944 do Código Civil - a indenização por dano moral e estético não observou a razoabilidade e proporcionalidade, devendo, pois, ser reduzida,

(iii) art. 20, § 3º, do CPC/1973 (art. 86 do CPC/2015) - havendo sucumbência recíproca, os honorários advocatícios devem ser redistribuídos,

(iv) arts. 396 e 397 do Código Civil - o termo inicial dos juros de mora e da correção monetária na indenização por dano moral é a data do arbitramento.

Sem as contrarrazões, o recurso foi inadmitido na origem. Daí o presente

# Superior Tribunal de Justiça

agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

## **DECIDO.**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência merece prosperar em parte.

O argumento de que o acórdão atacado teria incorrido em negativa de prestação jurisdicional é improcedente.

De fato, o tribunal de origem indicou adequadamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo e solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão do recorrente.

Nesse sentido:

**"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DANOS MATERIAIS. BENFEITORIAS EM IMÓVEL. EFEITO SUSPENSIVO. REQUISITOS. AUSÊNCIA. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS MODIFICATIVOS. POSSIBILIDADE.**

**1. A atribuição de efeito suspensivo a recurso especial está circunscrita à presença cumulativa dos requisitos da plausibilidade do direito invocado e no perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, que não se fazem presentes na hipótese.**

**2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.**

**3. É possível a atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração quando a alteração da decisão surgir como consequência lógica da correção da omissão, contradição ou obscuridade.**

**4. Agravo interno não provido"** (AgInt no AREsp 1.070.607/RN, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado em 17/8/2017, DJe 25/8/2017 - grifou-se).

Assim, impende asseverar que cabe ao julgador apreciar os fatos e as provas da demanda segundo seu livre convencimento, declarando, ainda que de forma sucinta, os fundamentos que o levaram a solucionar a lide.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Desse modo, o não acolhimento das teses ventiladas pelo recorrente não significa omissão ou deficiência de fundamentação da decisão, ainda mais quando o aresto aborda todos os pontos relevantes da controvérsia, como na espécie.

A propósito:

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUES. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.*

*1. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.*

*2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.*

*3. O reexame de fatos e provas em recurso especial são inadmissíveis.*

*4. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.*

*5. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC.*

*6. Agravo interno provido. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido" (AgInt no AREsp 1.033.786/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, julgado em 13/6/2017, DJe 20/6/2017 – grifou-se).*

No que tange à pretensão recursal de reduzir o valor arbitrado a título de indenização por danos morais e estéticos, registre-se que o Superior Tribunal de Justiça, afastando a incidência da Súmula nº 7/STJ, tem reexaminado o montante fixado pelas instâncias ordinárias apenas quando irrisório ou abusivo, circunstâncias inexistentes no presente caso, em que arbitrada indenização no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) cada uma.

A quantia fixada não destoa dos parâmetros adotados por esta Corte em casos análogos, que devem ser analisados à luz do caso concreto, e cuja alteração somente é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de origem revela-se irrisória ou exagerada, o que não é o caso.

A propósito:

*"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA. CIRURGIA. IMPLANTAÇÃO DE PRÓTESE. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO QUE SE ADMITE TÃO SOMENTE NOS CASOS EM QUE O VALOR SE APRESENTAR*

# Superior Tribunal de Justiça

**IRRISÓRIO OU EXORBITANTE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

**1. O entendimento deste Sodalício é pacífico no sentido de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no presente caso. Desse modo, uma vez que o valor estabelecido a título de reparação por danos morais não se apresenta ínfimo ou exagerado, à luz dos critérios adotados por esta Corte, a sua revisão fica obstada pela Súmula 7/STJ.**

**2. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no AREsp nº 305.325/GO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 2/5/2013, DJe 17/6/2013- grifou-se).**

**PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO. CIRURGIA PLÁSTICA. DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. REVISÃO DO VALOR FIXADO NA ORIGEM. EXCEPCIONALIDADE NÃO CONSTATADA, NO CASO. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MAJORADOS. ART. 85, § 11, DO CPC/2015.**

**1. Cuida-se, na origem, de Agravo de Instrumento contra decisão proferida em liquidação de sentença em Ação Civil Pública que reconheceu a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa em relação a médico que realizou cirurgias que causaram danos estéticos e morais em pacientes, condenando-se solidariamente o órgão de classe profissional ora recorrente, por entender a existência de culpa e demora na atuação fiscalizatória quanto ao exercício da profissão. A decisão agravada fixou em R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a indenização por danos morais e estéticos em favor da parte autora. 2. O Tribunal de origem manteve decisão agravada nos seguintes termos: "Destaque-se que a indenização pelo dano moral visa recompor o transtorno psíquico sofrido, derivado do indigitado procedimento. A tal realidade, somem-se os contornos fáticos da presente lide, os quais foram devidamente sopesados pelo magistrado a quo para fins da fixação da verba indenizatória ora impugnada, destacando-se que, conforme bem salientado pelo Ministério Público Federal, constatou-se, através de perícia médica (fls.226/227), que apesar de não ter sido constatada nenhuma seqüela física após a cirurgia plástica para redução das mamas, a autora apresentou flacidez nas mamas, ressaltando que a mesma foi submetida à cirurgia reparadora, por uma equipe médica., o que pode ter atenuado as seqüelas posteriores à primeira cirurgia. No laudo psicológico complementar, o psicólogo afirmou que devido a situação que a paciente foi submetida, ela experimentou dores físicas e psicológicas que não foram entendidas de maneira adequada pelo seu psique, o que por certo desencadeou uma evolução mais acelerada da doença mental pré-existente. Por fim, afirmou que a agravada não tem condições de elaborar a dimensão da agressividade experimentada com a cirurgia mal sucedida (fl.273/275). Diante do exposto, ficou evidenciada que a ação do médico que operou a agravada foi desastrosa, acarretando seqüelas e em decorrência delas graves problemas psicológicos. Face tais circunstâncias, não podem prevalecer as assertivas postas pelo agravante, no sentido de que não fora respeitada a moderação para a fixação dos danos e de que não teria a vítima buscado "diretamente" qualquer indenização, cuja demora refletiria situação a influenciar na fixação do quantum indenizatório, uma vez que já havia sido intentada a ação civil pelo Ministério Público Federal, sendo perfeitamente justa a espera de seu julgamento para oportuna habilitação para a liquidação e**

# Superior Tribunal de Justiça

execução. Quanto aos danos estéticos, a indenização é perfeitamente cabível, diante do conjunto probatório constante nos autos. Assim, no tocante a indenização por danos morais, esta acaba por se perfazer mediante recomposição, ou seja, através da fixação de valor em pecúnia, forma de se tentar minorar a contrariedade vivenciada, cujo montante há de ser compatível à extensão do dano causado, ao abalo psíquico suportado, sem dar ensejo ao enriquecimento sem causa, bem como ostentar feição de reprimenda ao responsável pela ocorrência fática, para que em tal conduta não venha a reincidir, devendo ser de igual modo ponderada a situação econômica de ambas as partes.

(...) Desse modo, tendo em vista o histórico dos dissabores passados pela agravada e a condição desta, decorrentes da malsucedida intervenção cirúrgica realizada pelo corréu Alberto Rondon, relatados em sede da decisão agravada, e em especial considerando o conjunto probatório, entende-se dentro dos parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade **a fixação procedida pela instância a quo, a saber, o importe de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a título de danos morais e, ainda, a quantia, de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para fins de reparação pelos danos estéticos.** Logo, deve ser mantido o montante indenizatório, a título de reparação pelos danos morais e estéticos sofridos".

3. O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que a revisão dos valores fixados a título de danos morais somente é possível quando exorbitante ou insignificante, em flagrante violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não é o caso dos autos. A verificação da razoabilidade do quantum indenizatório esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

4. Recurso Especial não conhecido" (REsp 1784741/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 23/04/2019- grifou-se).

A incidência do óbice da Súmula nº 7/STJ impede o conhecimento do recurso tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Em relação ao pretendido redimensionamento dos ônus sucumbenciais, a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que é inviável, em recurso especial, a revisão do grau de sucumbência em que autor e réu saíram vencidos na demanda, porquanto implicaria análise do conteúdo fático-probatório. Incidência da Súmula nº 7/STJ.

A propósito:

**"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL EXPRESSAMENTE PACTUADA. POSSIBILIDADE. REDISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. DESCABIMENTO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.**

(...)

2. A verificação da proporção em que as partes sucumbiram na demanda está obstada no âmbito do especial por envolver o reexame do conjunto fático-probatório da demanda, o que atrai a Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no AREsp 880.218/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, julgado em 17/11/2016, DJe 7/12/2016).

# Superior Tribunal de Justiça

No tocante ao termo inicial dos juros de mora melhor sorte colhe o recurso.

No ponto, o tribunal estadual determinou que o termo inicial dos juros sobre a indenização por dano moral deve ser da data do evento danoso (fl. 746, e-STJ).

Contudo, a jurisprudência desta Corte firmou entendimento no sentido de que, "*em se tratando de indenização por danos morais decorrentes de **responsabilidade contratual**, os juros moratórios fluem a partir da citação*" (AgInt no AREsp 1.217.519/AM, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 16/11/2018).

A propósito ainda:

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO MANIFESTADA NA VIGÊNCIA DO NCPC. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE ÔNIBUS DO QUAL RESULTOU LESÕES EM PASSAGEIRA. ART. 489 E 1.022 DO NCPC. OMISSÃO E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO INEXISTENTES. RESPONSABILIDADE DO TRANSPORTADOR CONFIGURADA. DANO E NEXO DE CAUSALIDADE COMPROVADOS. VALOR INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. DESNECESSIDADE. REFORMA SÚMULA Nº 7 DO STJ. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. CITAÇÃO VÁLIDA. PRECEDENTES.

1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Tendo a Corte de origem se manifestado clara e fundamentadamente sobre as questões que lhe foram postas em debate, não há falar em omissão e falta de fundamentação no acórdão.

3. O Tribunal a quo, após acurada análise das circunstâncias fáticas da causa, concluiu pela configuração do ato ilícito, do dano e do nexo de causalidade, fixando a verba reparatória em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Rever tal entendimento encontra óbice no enunciado da Súmula nº 7 do STJ.

4. Os juros moratórios devem ser mantidos conforme fixados pelo Tribunal de origem, que, em conformidade com a jurisprudência desta Corte, determinou que o termo inicial, por se tratar de relação contratual, tenha fluência a partir da citação válida.

5. Em virtude de anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, aplica-se ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do referido Código, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

5. Agravo interno não provido, com imposição de multa"

(AgInt no AREsp 1.329.166/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/3/2019, DJe 20/3/2019).

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. QUEDA DENTRO DE ÔNIBUS COLETIVO. TERMO INICIAL. JUROS DE MORA. DATA DA CITAÇÃO. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO

# *Superior Tribunal de Justiça*

**IMPROVIDO.**

*1. A jurisprudência desta Corte é firme no entendimento de que o termo inicial dos juros de mora, em se tratando de indenização por danos morais decorrentes de responsabilidade contratual, fluem a partir da citação. Precedentes ( Súmula n. 568/STJ).*

*2. Agravo interno a que se nega provimento"*

(AgInt no REsp 1.763.730/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/3/2019, DJe 22/3/2019).

Nesse contexto, tem incidência o enunciado da Súmula nº 568/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, dar-lhe provimento, a fim de determinar a data da citação como termo inicial dos juros de mora.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator